

Governo reduzirá 19% da dívida

Givaldo Barbosa 02.06.90

Jornal de Brasília • 5

interna

Sônia Mossri

Em função dos superávits do Tesouro Nacional, o Governo vai resgatar em 90 o equivalente a Cr\$ 1,5 trilhão em títulos da dívida pública (interna). Com isso, o Governo vai reduzir em quase 19% o estoque da dívida pública, que atinge, a níveis atuais, a marca de Cr\$ 8 trilhões, anunciou ontem o diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Guimarães. Com esse resultado, o Governo vai economizar cerca de Cr\$ 90 bilhões no pagamento de juros da dívida pública.

Em julho, o Tesouro registrou um superávit de Cr\$ 12,6 bilhões, o que representa um saldo positivo de Cr\$ 70 bilhões nos primeiros seis meses do ano. O Secretário Nacional da Fazenda, Geraldo Gaderalli, informou ontem que em agosto o Tesouro deverá repetir mais um superávit de Cr\$ 10 bilhões.

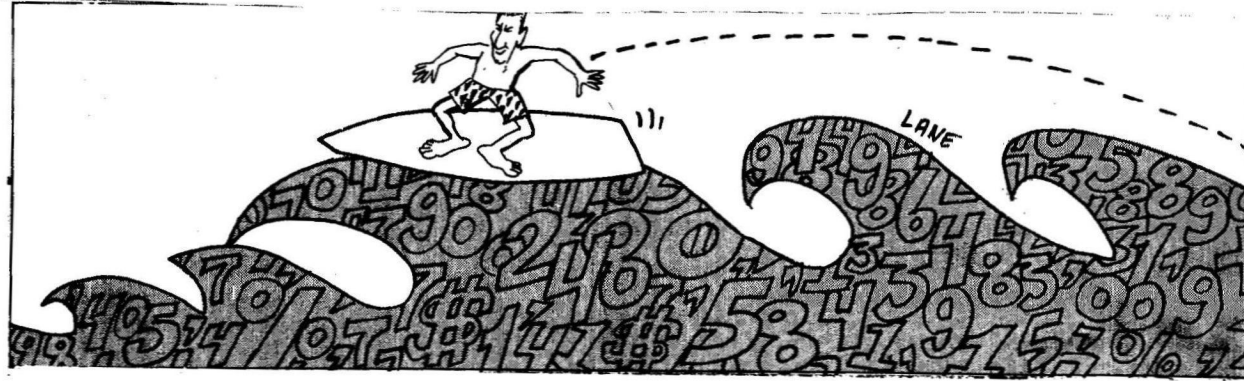
Desde o Plano Collor, o governo já resgatou Cr\$ 800 bilhões em títulos da dívida pública da qual 28% estão com o setor privado e 72% no Banco Central. Com os cortes nos gastos públicos e aumentos da arrecadação no primeiro semestre, o Governo conseguiu acumular uma disponibilidade de recursos no Banco Central da Cr\$ 1,5 trilhão. Os dados do Departamento do Tesouro indicam que, graças aos efei-

tos do Plano Collor, os encargos da dívida pública despencaram de 11% para quase 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Superávit

O superávit do Tesouro em julho sobe para Cr\$ 23,5 bilhões se computados os recursos arrecadados com a primeira parcela de aquisição compulsória dos Certificados de Privatização. Nos sete primeiros meses de 90, o total das receitas do Governo, incluindo resultados de operações de crédito, certificados de privatização e remuneração de disponibilidades junto ao Banco do Brasil, chegou a Cr\$ 1,9 trilhão, ao lado de um volume global de despesas de Cr\$ 1,8 trilhão.

Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram a marca de Cr\$ 695,9 bilhões. Os efeitos da reforma administrativa já começaram a dar resultados. De acordo com Gaderalli, o total da folha de pessoal da administração direta de julho, Cr\$ 134,5 bilhões, apresentou uma queda de 8,54 em relação ao mês anterior. O duro aperto determinado pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, nos avais (garantias) do Tesouro aos Estados, Municípios e empresas estatais já está visível. De janeiro a agosto de 90, os gastos do Tesouro com refinanciamento de dívidas com aval da União apresentaram queda real de 26%.



Déficit: resistir é preciso

Um dos objetivos básicos do Plano Collor foi combater o vilão do processo inflacionário brasileiro há mais de uma década, que é o déficit público. Para cobrir as pesadas despesas do setor público federal, o Governo tinha como rotina endividar-se junto ao setor privado, através do lançamento de títulos públicos. Formou-se a conhecida ciranda financeira, com o Governo endividando-se cada vez mais junto ao setor privado para financiar seus gastos.

Em 15 de março, ao promover um congelamento de ativos financeiros (poupança, fundos de curto prazo, aplicações no overnight e depósitos na rede bancária), o Plano

Collor atacou de frente o endividamento do setor público. Na prática, o bloqueio de ativos financeiros permitiu um alongamento da dívida pública, com o Tesouro desembolsando menos recursos para pagar os títulos colocados junto ao mercado.

O alongamento do perfil da dívida pública, aliado aos sucessivos superávits do Tesouro, registrados depois de março ao aumento da arrecadação tributária, trouxe uma disponibilidade maior de recursos do Governo depositados no Banco Central. Com isso, o Governo teve condições para começar a resgatar, ou seja, comprar os seus próprios títulos lançados no mercado. Além

de reduzir o estoque da dívida pública, o Tesouro passa também a desembolsar menos recursos com o pagamento dos juros.

Ao não precisar mais emitir títulos para se financiar, o Tesouro não se envidida, não produz mais déficit público e também não pressiona a inflação. Essa experiência já foi tentada outras vezes e naufragou por pressões políticas, como aconteceu durante o Plano Verão, em 1989. Para que o Plano Collor seja bem-sucedido, é fundamental que o Governo resista às pressões por gastos adicionais, não previstos no Orçamento Geral da União, e não emita títulos novos da dívida pública.